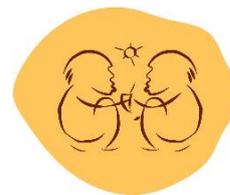


# Sem Bastante Pobreza, Nada de Capitalismo



Pedro de Alcântara Figueira<sup>1</sup>

Pretendemos alinhar aqui algumas considerações sobre uma obra que parece ter se tornado referência em se tratando das questões sociais candentes de nossa época. Refiro-me à obra de Thomas Piketty intitulada **O Capital no século XXI** (2013). Escrita originalmente em francês, língua materna do autor, rapidamente mereceu imorredoura consagração ao ganhar uma tradução no idioma que hoje passou a ser a língua universal, lugar que foi ocupado durante largo período pelo francês. Ganhou também uma tradução em português, aqui no Brasil, muito provavelmente motivada pela grande divulgação que lhe imprimiu a edição em inglês publicada nos Estados Unidos.

O trabalho de Piketty, voltado sobretudo para a análise histórica das questões ligadas ao problema da desigualdade social, foi objeto, nos Estados Unidos e aqui entre nós, de artigos e estudos em que os elogios dos chamados especialistas, economistas em sua maioria, não foram poupados.

Não sou economista, graças a deus, e muito menos especialista em qualquer coisa, mas gosto de afirmar que prezo sobremaneira a ciência da história. Aliás, foi o que procurei mostrar na primeira parte dessas minhas considerações. Posso dizer, para início de conversa, que é exatamente nessa ciência um tanto ou quanto desprezada, ou seja, a história, que me baseio para manifestar minha primeira discordância com relação à obra de Piketty.

## Começo pelo Título.

A noção mais simples, a de Ricardo, segundo a qual *capital é trabalho acumulado*, não é condizente com o título que é dado à referida obra. Por que não? Muito simples. Mas não vamos fazer da simplicidade a explicação de nossa discordância. Em primeiro

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UNESP, campus de Assis. Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

lugar, discordamos do título porque, se se trata da sociedade capitalista, a desigualdade, como é tratada no livro, é um falso problema. Apenas para provocar a discussão, diria que o capitalismo vive da desigualdade, não evidentemente esta desigualdade que Piketty pretende analisar. Entendemos que a desigualdade é condição inerente à existência da produção capitalista, portanto necessária à existência do capital. Alguém que talvez não tenha se debruçado suficientemente numa leitura do livro que lhe permita entender toda a complexidade do que estamos aventando, reaja dizendo que é exatamente isto que pensa Piketty. Não é. E não é porque, a rigor, a desigualdade que tanto preocupa o autor de **O Capital no século XXI** não permite entender a natureza do capital. E não é por simples hábito retórico que falamos de *natureza do capital*, a qual é exatamente ter sua existência fundada no trabalho, e mais ainda, numa forma historicamente determinada do trabalho.

Vamos recorrer ao autor do *A Treatise on indigence* (COLQUHOUN, 1806, p. 7-8), para que possamos entender melhor o fundamento da nossa discordância.

*A Pobreza é este estado e condição da sociedade em que o indivíduo não tem trabalho excedente em estoque, e, conseqüentemente, qualquer propriedade a não ser aquela que advém do constante exercício da atividade nas várias ocupações da vida, ou, em outras palavras, é o estado de todo aquele que deve trabalhar para subsistir.*

*A pobreza é, portanto, o que há de mais necessário e indispensável na sociedade, sem a qual as nações e as comunidades não poderiam existir num estado de civilização. É a sorte que cabe ao homem - é a fonte da riqueza, pois sem pobreza não haveria trabalho, e sem trabalho não poderia haver riqueza, refinamento, conforto, e lucro para os detentores da riqueza - porquanto sem pobreza em larga escala o trabalho excedente não poderia nunca tornar-se produtivo tanto na produção das necessidades quanto dos objetos de luxo.*

E conclui seu pensamento com esta frase lapidar: “*A Indigência, portanto, e não a pobreza, é que é o verdadeiro mal.*” (COLQUHOUN, 1806, p. 8)

Para o autor, não se trata de saber quanto de pobreza, ou de desigualdade, mas daquela condição social sem a qual a sociedade de classes não poderia existir, que é o que acontece exatamente com a sociedade regida pelo capital.

Entre o **Treatise on Indigence**, que é de 1806, e **O Capital no século XXI**, que é de 2013, vão-se dois séculos inteiros nos quais a história sofre uma reviravolta de dimensões desconhecidas pelos homens em outras fases da existência da humanidade.

Aquela primeira data coincide precisamente com um momento histórico em que o antagonismo de classe constituía a alavanca mais potente em termos do progresso e do desenvolvimento social. Estava em curso a ciência de Adam Smith, de Quesnay, de Turgot, de Ricardo e muitos outros, a qual se fundamentava exatamente nesse antagonismo, antagonismo cujos pressupostos deram vida à ciência dos referidos pensadores. Embora esses autores partissem do princípio segundo o qual um tal antagonismo era condição natural do progresso econômico, nada indicava que o modo de produção capitalista, como os modos de produção que o antecederam, coincidisse com a natureza humana. É bem verdade que os homens, cuja existência se pauta por sua existência em sociedade, se comportem sempre como se sua forma de vida fosse aquela que corresponde à natureza humana. Foi assim na sociedade escravista classista e no feudalismo.

Não por outro motivo fizemos questão de começar essas considerações pela definição de capital que serve de fundamento aos **Princípios de Economia Política e Tributação** de Ricardo (1996). Para este, ao definir capital dessa forma, fica implícito que ao trabalho cabe a finalidade de se converter em capital.

Pois bem, passado tão somente meio século, coube a Marx demonstrar que aquilo que se atribuía à natureza do trabalho não passava de um condicionamento social determinado historicamente, e que, portanto, a riqueza acumulada pela atividade produtiva, o trabalho, pode, em certas circunstâncias, fruto do progresso material, se expressar diversamente.

### **Como se Apresenta na Obra do Economista Piketty essa Questão?**

Embora de modo algum possamos identificar os princípios do autor de **O Capital no século XXI** com os do autor daquela obra de 1806, a verdade é que Piketty admite, ao pretender alterar apenas quantitativamente a desigualdade inerente à sociedade de classe, que a existência de classes é natural à condição humana, e por ser este o fundamento das propostas contidas em seu livro, impossível é não concluir que o autor deixou escapar os elementos de uma realidade nova, comprometido que está com a visão dominante entre os economistas.

Em se tratando do momento atual, consideramos que da radical transformação pela qual passou o capital desde a primeira guerra mundial não sobraram senão sobrevivências de um modo de produção outrora pujante.

Não deixa de ser, portanto, uma impropriedade terminológica usar o termo *capital* em se tratando de um momento histórico em que a tendência à destruição de riquezas parece ser a única tarefa que restou ao que outrora se impôs como uma força civilizatória inigualável. Neste sentido, não cabe tratar como *anormalidades na distribuição de rendas*, como *desigualdade de rendas*, um momento histórico em que caberia muito mais analisar fenômenos novos como o processo de extinção das antigas classes sociais em curso no mundo inteiro. As instituições burguesas, ou seja, aquelas às quais cabia o papel de organizar as relações de produção regidas pelo capital, encontram-se em frangalhos, destroçadas que estão pela tendência inexorável a tornar a forma dinheiro estranha a atividades produtivas. O que significa, para lembrar mais uma vez de Marx, que a produção deixou de atender aos requisitos naturais à sociedade burguesa, os quais consistem em reproduzir o trabalhador, enquanto trabalhador, e o capitalista, enquanto capitalista.

Nunca é demais lembrar que o que há de mais fundamental numa sociedade de classes é exatamente a desigualdade, inerente ao seu funcionamento. E é necessário jamais esquecer que aos capitalistas, com total assistência dos economistas, cabe a tarefa primordial de organizar, e aumentar, a expropriação da classe trabalhadora. Se não se parte desses princípios, não é de uma sociedade real, no caso a capitalista, que se está tratando. Aumentar a desigualdade - usaríamos de preferência o termo expropriação - é condição da obtenção de um volume cada vez maior de lucro, supremo objetivo e papel primordial daqueles aos quais cabe organizar a sociedade em seu benefício privado.

Aquelas condições que o autor do **Treatise on Indigence** estabelece para que possa existir civilização, ou seja, um montante significativo de pobres, é voz dominante num longo período em que, como já dissemos, o pensamento científico se funda no antagonismo de classe, razão esta suficiente para que Voltaire, em sua estimada obra de história intitulada **Le Siècle de Louis XIV** postule o mesmo princípio daquele autor. Ele afirma:

O trabalhador, o operário, deve ser reduzido ao necessário para trabalhar: assim é que é a natureza do homem. É preciso que este grande número de homens seja pobre, mas não é preciso que seja miserável. (Voltaire, 1966, vol. II, p. 37)

Chamo a atenção nessa frase para a expressão “reduzido ao necessário”. Nela se encontra o fundamento da questão que queremos acentuar. Ou seja, ser destituído de

propriedade. Ter, como dizem os princípios da Economia Política, apenas seus braços para trabalhar. Ao pontificar que *o trabalhador deve ser reduzido ao necessário*, Voltaire retrata toda uma época histórica em que a invenção do operário moderno segue o curso da história por mãos da nova classe dominante, os capitalistas.

A Pobreza, personagem da peça **Pluto**, de Aristófanes, declara, num certo momento de que é feita a riqueza precisamente numa sociedade organizada segundo a desigualdade: “Ora sobre tal assunto quero eu dar-vos as minhas razões, antes de mais nada. E se vos provar que só eu sou a causa de todos os bens de que gozais e que é, graças a mim, que vós viveis...”. (ARISTÓFANES, 1982, p. 52).

O título que encabeça esse texto - sem pobreza, nada de capitalismo - já não condiz inteiramente com a história que estamos vivendo. A pobreza atual só em parte estabelece um casamento produtivo com o dinheiro, razão pela qual a pecuniarização da vida que tomou conta do mundo converteu o termo capitalismo numa palavra vazia de sentido social.

Esta é a razão pela qual acreditamos que Piketty chegou tarde à história, e o título da sua obra já vem velho demais para que possamos entender o que nos cabe fazer para destruir a tendência à instalação de uma barbárie social, já em processo adiantado.

Reduzir a realidade social a uma questão de mais ou menos, de mais ou menos igualdade, de mais ou menos desigualdade, nunca foi a forma correta de estudar a existência das sociedades fundadas em classes sociais. O único objeto possível de estudo, em se tratando de qualquer ciência, é o homem. E não é possível fugir à definição de homem de Aristóteles. Digam do homem o que se quiser, menos que ele não é um animal político. E por essa razão, a burguesia deu o nome de Economia Política à sua ciência a respeito do homem. Esta ciência se encontrava, já em 1867, submetida a uma crítica que resultava de uma análise das transformações históricas que se deram desde 1817, ano em que foram publicados os **Princípios de Economia Política e Tributação** de Ricardo. Os princípios de Ricardo já tinham sido objeto de contestação na obra de Sismondi, **Novos Princípios de Economia Política** (2009), publicada na década de 20 do século XIX, e que mereceu uma edição em português muito recentemente. No entanto, é Marx que submete a sociedade capitalista a uma crítica que se funda no princípio segundo o qual o seu desenvolvimento gerará condições que liberarão o homem da forma capitalista de produzir a vida. A própria burguesia demonstrou, com sua luta contra a aristocracia feudal, ou seja, com a liberação do trabalho da sua forma feudal, que tal tarefa não é um bicho de sete cabeças.

Por ser uma obra publicada em 2013, momento histórico em que a concentração da riqueza já assumira substancialmente a forma pecuniária, tendência inexorável de um modo de produção que já negou a sua natureza de força produtiva revolucionária, e passou a ser uma força apenas destruidora, intitular o seu livro de capital é um erro histórico lamentável. E qual a riqueza mais visada pela sanha destruidora desse resto abjeto de classe dominante? O próprio homem, cuja existência é a condição mesma da riqueza, sendo ele próprio a riqueza das riquezas. Quem afirmou com todas as letras tal coisa não foi senão a própria burguesia, aquela classe que interpretava a sociedade segundo os princípios da Economia Política, os quais têm no trabalho seu ponto de partida.

Nada disso está no livro de Piketty. Como adepto de um economicismo mitigado, que não quer nem ouvir falar em trabalho, palavra maldita, o autor de **O Capital no século XXI** comete erros lamentáveis ao introduzir questões cientificamente secundárias no seu estudo. Digo secundárias porque as questões principais, aquelas que levam à desigualdade, não são levadas em consideração em seu estudo. Seria louco se negasse que existe uma desigualdade brutal, mas o que quero deixar claro é que essa desigualdade é a razão pela qual a riqueza toma a forma capitalista, e que o princípio fundamental da existência dessa forma social é a produção sistemática dessa desigualdade. Mexer nela sem propor o fim do capitalismo não passa de uma ideia fraudulenta.

Ninguém precisa se autodenominar marxista para entender que as opiniões de Piketty sobre os economistas políticos e, principalmente, sobre Marx são uma vã tentativa de atribuir ao seu livro um alcance científico que ele não tem, mas cujo título nos induz a acreditar que sim.

De passagem, e apenas de passagem, embora saiba que a tentativa frustrada de menosprezar Marx é parte integrante dessa gororoba que, com razão, é apelidada de economês, gostaria de me referir à classificação que Piketty encontrou para tentar anular a poderosa força que aquele pensador continua tendo no entendimento de que, em se tratando da história da humanidade, como afirmou Voltaire, a única coisa permanente é a mudança. Se há um modo de produção que batalha incessantemente contra a ideia de eternidade, não raro contra si mesmo, este é justamente o capitalismo.

Assim como a burguesia lutou pela instauração do trabalho livre, evidentemente em contraposição aberta à forma de trabalho dominante no mundo feudal, do que se trata agora é de travar uma luta sem tréguas contra a forma do trabalho que produz uma riqueza estranha ao produtor. Não tenhamos dúvida de que, liberado do entrave a ele interposto pelo lucro, o trabalho será capaz de produzir um mundo inalcançável pela

nossa pobre imaginação, condicionada que está, ainda, pela mediocridade que impera neste nosso mundo.

Se, como já afirmamos, a obra de Piketty não trata de relações sociais reais, então, de que mesmo ele trata? Se nos remetermos à Economia Política e a Marx, aí mesmo é que se torna impossível descobrir na sua obra qual é o verdadeiro assunto dela. A explicação que poderia ser a mais simples, direta e nos poupar maiores considerações seria mostrar que a sua ciência muito pouco ousa além das regras estabelecidas pelo economês. Mas, na verdade, estamos, de certa maneira, antecipando aquilo que nos cabe demonstrar no que se segue.

Não podemos deixar de assinalar que o uso que se faz de certos conceitos, como pobre, pobreza, rico, riqueza, desigualdade e conceitos semelhantes, o que temos são conceituações que primam pela imprecisão. Como vimos, não é caso do autor do **Treatise on indigence** e do autor do **Le Siècle de Louis XIV**, os quais, ao situarem o papel que desempenha a pobreza na criação da riqueza, vão até o fim evidenciando que pobre não existe naturalmente, mas deve ser produzido, ou melhor, nas palavras de Voltaire, “o operário deve ser reduzido ao necessário para trabalhar”. (VOLTAIRE, 1966, vol. II)

O fato é que o uso do termo desigualdade não nos ajuda em nada se queremos entender, mas sobretudo mudar, a natureza das relações sociais capitalistas. Numa sociedade constituída de classes, o que temos são os dominantes e os dominados, os expropriadores e os expropriados, e a dinâmica de uma tal sociedade é produzir e reproduzir esta condição. É esta a função primordial dos dominantes. Que esta função já deixou de ser necessária, e que ela traz consigo tudo o que é condenável para o desabrochar de uma forma nova de vida extremamente pujante, já que pode contar, liberado o trabalho da servidão atual, com uma potência produtiva como aquela que o capitalismo demonstrou aos feudais sobretudo com a Revolução Industrial, parece não haver qualquer dúvida. Então, a principal palavra de ordem da burguesia foi: a liberdade do trabalho. E qual foi o resultado disso? Um trabalhador livre da servidão feudal.

**O que Foi essa Profunda Revolução Social está Expresso, de Modos Diferentes, em Thomas Morus, John Locke e Adam Smith.**

Na **Utopia** de Thomas More (1988), a atividade produtiva aparece completamente liberada da sua forma feudal, servil. O trabalhador é simplesmente trabalhador, não precisa de adjetivos.

No **Tratado sobre o Governo Civil** de Locke (1998), a origem da propriedade não passa mais por deus, deixou, portanto, como ensinavam os escolásticos, de ser divina. Ela vem do trabalho. De que trabalho? Daquela capacidade que cada indivíduo tem no seu corpo. E a propriedade se origina precisamente do uso dessa capacidade para tornar, o que é comum, particular de cada um.

Na **Riqueza das Nações**, este trabalho passa a ser a explicação e a medida de todas as ações e instituições humanas. Dividido, ele se transforma numa potência que nos lembra a lenda da multiplicação dos pães. No caso, a multiplicação que se dá por força da aplicação de uma capacidade que vem lá dos primórdios da existência de um animal que produz sua existência, o homem, não tem a dignidade dos pães, não passa de comezinhos alfinetes. De onde vem esta nova capacidade? Da liberação do trabalho de sua condição servil. O trabalho ganha outra natureza social e é esta que lhe imprime uma potência incalculável. Seu poder se estende para muito além de um intensivo uso das mãos e de instrumentos que remontam à Antiguidade: “Limitar-me-ei, portanto, a observar que a invenção de todas essas máquinas que tanto facilitam e abreviam o trabalho parece ter sua origem na divisão do trabalho”. (SMITH, 1996, p. 69).

Gostaria de lembrar aos economistas que nos encontramos numa situação muito semelhante àquela que inspirou Voltaire a afirmar, em se tratando da história, que:

Aqueles que pretendem instruir-se, de boa fé, sobre qualquer assunto que seja, devem pôr de lado, tanto quanto permite a fraqueza humana, todos os preconceitos. É preciso que tenham em mente que nenhuma instituição, nenhum governo é hoje o que foi ontem, que mudará como já mudou, e que a imutabilidade não faz parte da natureza humana. (VOLTARE).

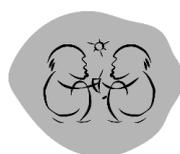
E continua: “A ciência da história não é senão a ciência da inconstância; e o que sabemos com absoluta certeza é que tudo é incerto.” (VOLTARE).

O fim da pobreza, e não a redução da desigualdade, é o que a realidade está a exigir, pois a forma social baseada na divisão 99%, de um lado, e 1,0%, do outro, não permite a sobrevivência de uma civilização constituída de homens.

Se anuncia um novo livro do prof. Piketty, este, segundo se diz, contém uma proposta socialista. Esperemos que não seja o socialismo dos economistas.

## Referências

- ARISTÓFANES. **Pluto**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra; Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.
- ARISTÓTELES. **Política**, Trad., Introd. e notas de Mário da Gama Kury, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BACON, Francis. **Novum Organum e Nova Atlântida**. Trad. e notas de José A. R. de COLQUHOUN, P. **A Treatise on Indigence**. Londres: Printed for J. Hatchard, Bookseller to her Majesty, 1806.
- LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o Governo**. Trad. de Júlio Fischer. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1988. (Col. Os Pensadores)
- PIKETTY, Thomas. **Le Capital au XXIe siècle**. Paris: Seuil, 2013.
- QUESNAY, François. **Tableau Économique des Physiocrates**. Paris: Calmann-Lévy, 1969.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas)
- SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. **Novos Princípios de Economia Política**. Trad. de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba, Segesta, 2009. 501 p.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. vol. I.
- TURGOT, Anne-Robert Jacques. **Écrits Économiques**. Paris, Calmann-Lévy, 1970.
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de. **Histoire du Parlement de Paris**.
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de. **Le Siècle de Louis XIV**. Paris: Garnier Flammarion, 1966. vol. II.



*Gilberto Luiz Alves*  
INSTITUTO CULTURAL